



Brasília, 10 de dezembro de 2019.

Excelentíssimo

Presidente da Câmara dos Deputados

Sr. DEPUTADO FEDERAL Rodrigo Maia

Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, Brasil

CEP 70160-900

CARTA ABERTA A PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL

Ref: Pauta Legislativa Incidente sobre
Organizações da Sociedade Civil

A **Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil** (Plataforma MROSC) é uma rede de articulação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e de interesse público, que tem por objetivo de aprimorar o ambiente regulatório e institucional de atuação das organizações. Atualmente, contamos com mais de 300 organizações signatárias, cuja rede indireta alcança mais de 50 mil organizações e busca ampliar e enraizar a sua atuação, trazendo cada vez mais organizações para o debate sobre o ambiente regulatório e institucional das organizações da sociedade civil no Brasil e refletindo sobre o presente e futuro da democracia brasileira, em nível federal, estadual e municipal, promovendo articulação e intercâmbio entre experiências e práticas existentes.

Desde sua criação em 2010, a Plataforma denuncia a existência de um processo de criminalização das OSCs, que tem ocorrido especialmente pela via burocrática. No atual governo, o Poder Executivo segue uma tendência de fechamento de espaços de diálogos com as OSCs, como vemos no caso da alteração de regras para eleição e mandato de membros da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ou da extinção da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Além disso, as OSCs vem sendo sistematicamente atacadas e culpabilizadas por desastres e violações de direitos nas declarações públicas de diversos Ministros e pelo próprio Presidente da República, bem como vítimas de agressões, ataques e ameaças que dificultam a continuidade dos trabalhos realizados. Também vem se avaliando a possibilidade de criação mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com foco nas OSCs que atuam na região da Amazônia. Lembrando que no passado houve mais outras 2 (duas) CPIs com enfoque direto nas organizações, que não apuraram a ocorrência de desvios ou fraudes na atuação das organizações, mas trouxeram a elas imensos prejuízos reputacionais.



Considerando a conjuntura descrita e contando com o apoio da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Organizações da Sociedade Civil criada nesta legislatura, nós, lideranças e representantes das OSCs, gostaríamos de manter um canal político direto com a Presidência do Câmara dos Deputados, com o objetivo de ter o Poder Legislativo como nosso aliado nos embates políticos e institucionais que vem sendo travados pela manutenção do espírito democrático e ter um diálogo aberto para trabalhar conjuntamente em casos emergenciais de graves e generalizadas afrontas às causas e atividades desenvolvidas pelas OSCs.

Nesse sentido, requeremos a possibilidade de trabalharmos juntos de forma permanente a pauta legislativa que afeta a existência das organizações da sociedade civil para a construção de uma agenda positiva visando o fortalecimento da democracia no país, em especial, para tratar, entre outros temas, da defesa da imunidade constitucional tributária para as organizações prevista na Constituição Federal, garantir que a Reforma Tributária tenha espaço favorecido às OSCs; que haja orçamento do Governo Federal para 2020 para parcerias e que não se fechem as participações nos colegiados nacionais.

Certos de sua compreensão e contando com o seu apoio, reiteramos os nossos votos de estima e consideração e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Eleutéria Amora da Silva
Representante da Plataforma MROSC
Diretora da ABONG

[Ver quem vai assinar](#)